



SEGURANÇA PÚBLICA

BOLETIM INFORMATIVO



Índice

04

OFICINAS DE TEATRO LEVAM ALUNOS AO ENSINO SUPERIOR

05

MAIS DE 6 MIL MULHERES SÃO ASSISTIDAS PELA RONDA MARIA DA PENHA NA BAHIA

06

SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO DE SENHOR DO BONFIM É DEBATIDO EM REUNIÃO DO CISP

07

MP BAIANO PARTICIPA DE OPERAÇÃO QUE COMBATE SONEGAÇÃO FISCAL EM OITO ESTADOS E NO DISTRITO FEDERAL

08

MP REATIVA CISP EM SIMÕES FILHO

09

REUNIÃO DELIBERA SOBRE MUDANÇAS NO DIREITO DE VISITA DE PRESOS DO CONJUNTO PENAL DE FEIRA DE SANTANA

10

MP INSTITUI CISP DE SANTO AMARO E SAUBARA

11

CORONAVÍRUS: GOVERNO DO ESTADO SUSPENDE VISITAS NOS PRESÍDIOS BAIANOS

12

PGJ E SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DEBATEM AÇÕES PARA A ÁREA

13

CORONAVÍRUS: GRUPO DE FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO DEBATE SITUAÇÃO DE PRESOS

14

CORONAVÍRUS: MP RECOMENDA À SSP MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTENÇÃO EM CARCERAGENS DA BAHIA

15

MP RECOMENDA QUE SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA ACOMPANHE “CARREATA NÃO PARA SALVADOR!”

16

O JUDICIÁRIO NÃO SERÁ O MESMO DEPOIS DO CORONAVÍRUS

Índice

17	CISP PROMOVE REUNIÃO VIRTUAL PARA DISCUTIR IMPORTÂNCIA DA ELABORAÇÃO DE PLANOS MUNICIPAIS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA
18	CORONAVÍRUS: MP, TJ, PGE, SSP E SEAP DEBATEM DEMANDAS DO SISTEMA PRISIONAL
19	MP RECOMENDA À SEAP QUE ADOTE MEDIDAS DE PREVENÇÃO À DISSEMINAÇÃO DO CORONAVÍRUS NO SISTEMA PRISIONAL
20	CORONAVÍRUS: JUSTIÇA ACATA PEDIDO DO MP E DESTINA R\$ 488 MIL ORIUNDOS DA OPERAÇÃO ADSUMUS PARA AÇÕES DE SAÚDE
21	CISP DE SENHOR DO BONFIM APROVA PROJETO DE SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO NA CIDADE
22	CORONAVÍRUS: PROTOCOLO DE CONDUTA DE MÉDICOS-LEGISTAS COM CUSTODIADOS É EXPEDIDO APÓS PEDIDO DO MP
23	EXPEDIENTE

OFICINAS DE TEATRO LEVAM ALUNOS AO ENSINO SUPERIOR

A emoção no diálogo entre dois atores, a confiança entre o grupo durante os ensaios, o desafio de encarar a plateia e um futuro pela frente. Tudo isso é proporcionado pelo projeto Vidas em Cena, realizado pela Polícia Militar da Bahia (PMBA), por meio das Bases Comunitárias de Segurança (BCS). A ação, além de proporcionar o aprendizado, estimula jovens como Clara Natalie Souza e Ianei Sacramento, que participaram do projeto e foram aprovados no curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal da Bahia (Ufba).

Na BCS de Itinga, em Lauro de Freitas, as vagas para as oficinas estão abertas. As aulas ocorrem no Centro de Artes e Esportes Unificados PEC 3000 (CEU). Segundo o idealizador e professor do projeto, soldado Luide Prins, cerca de 100 jovens já passaram pelas oficinas, realizadas desde 2014.

“Geralmente são turmas de 20 a 30 jovens. Estamos abrindo uma turma agora. As oficinas são realizadas às segundas e quartas-feiras, das 15h às 16h. Mas o número de vagas é limitado. Quem quiser participar, pode comparecer aqui, procurar a administração do CEU, trazendo a carteira de identidade e fazer a inscrição. Se for menor de idade, é preciso trazer autorização dos pais”, explica.

Para o soldado, a iniciativa é parte do policiamento comunitário. “A segurança pública também trata da prevenção, e a arte, em si, liberta. A arte, inserida na comunidade, ajuda na formação de cidadãos. E como essa proposta parte da Polícia Militar, por meio das Bases Comunitárias de Segurança, é um fortalecimento de laços entre a comunidade e a Polícia Militar”, acrescenta.

Disponível em: <http://www.ssp.ba.gov.br/galeria/6173/20026/Oficinas-de-teatro-oferecidas-pela-PM-levam-alunos-ao-ensino-superior.html#menu-galeria>

Da comunidade para os palcos

Natalie Souza tem 18 anos, sendo cinco de teatro, e acabou de passar no vestibular da Ufba. “Eu entrei no teatro com o intuito de perder minha timidez. Eu conheci o Luide em um projeto na minha escola, entrei e estou até hoje. O teatro me dá impulso na vida, é o meu complemento. Eu não me vejo fazendo nada hoje além da arte. A arte veio para me mostrar de fato quem eu sou”. [...]



MAIS DE 6 MIL MULHERES SÃO ASSISTIDAS PELA RONDA MARIA DA PENHA NA BAHIA

A reflexão sobre os casos de agressões que atingem as mulheres motivaram a realização do evento Diálogos pela Vida: um panorama da Violência Contra a Mulher. O evento promovido pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia da Secretaria de Planejamento do Estado (Seplan), aconteceu no auditório do Centro de Operações e Inteligência (COI), na manhã da segunda-feira (09/03). Foram abordados aspectos ligados a violência obstétrica, padrões de mortalidade das mulheres na Bahia e destacou-se a atuação da Ronda Maria da Penha.

A subcomandante da Ronda Maria da Penha, capitã Alcilene Coutinho, comentou os avanços obtidos e os desafios nestes 5 anos de implantação da iniciativa. A Ronda está presente em Salvador e mais 15 municípios e realiza o acompanhamento de mais de 6 mil mulheres que têm medida protetiva deferida pelo Poder Judiciário. “Em todo o estado são mais de 6 mil mulheres que contam com esse acompanhamento, que inclui a realização de visitas periódicas por parte de nossa equipe em um local determinado pela mulher vítima de violência. É um atendimento específico, especializado e que atende a demanda daquela mulher assistida. É uma política pública que tem se estendido em um processo de interiorização. A mensagem que deixamos sempre é a importância da denúncia e o rompimento do ciclo de violência, porque isso é garantia de vida”.

O economista da SEI, Jadson Santana, atua na coordenação de Estatística do órgão, e explica que regularmente são produzidos estudos sobre diversos temas, sendo a violência contra a mulher um deles, e os mesmos são utilizados para embasar as proposições de políticas públicas. “A gente precisava ouvir a contribuição de outros agentes importantes que estudam a temática da violência contra a mulher, e por isso este evento. Como nosso órgão é voltado para estudos e pesquisas, então ajudamos a desenvolver subsídios para que o Estado adote políticas públicas voltadas para esta área’.



No evento também foi abordada a violência obstétrica que, segundo a pesquisadora Camila Torres, ainda é pouco discutida. Ela destaca que o Brasil é o segundo país com a maior taxa de cesarianas no mundo, pois as mulheres evitam o parto normal por receio de um parto traumático. [...]

SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO DE SENHOR DO BONFIM É DEBATIDO EM REUNIÃO DO CISP

Promotores de Justiça e representantes da área de segurança pública de Senhor do Bonfim que integram o Comitê Interinstitucional em Segurança Pública (Cisp) se reuniram na última semana para discutir a necessidade da reativação do videomonitoramento na cidade. Segundo a promotora de Justiça Aline Curvêlo, coordenadora do Cisp Senhor do Bonfim, ficou decidido que serão colocadas 20 câmeras do tipo speed dome e 12 fixas em locais estratégicos da cidade com o intuito de reforçar a segurança. Na ocasião, também foram discutidas questões referentes à custódia de presos em flagrante, diante da interdição da carceragem local e da decisão judicial da comarca de Juazeiro que impede o recebimento de presos oriundos da regional de Senhor do Bonfim. A reunião aconteceu na manhã da quarta-feira, dia 4 de março.

No mesmo dia, pela tarde, o engenheiro da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (Seap), José Paulo Bitencourt, e o arquiteto Moisés Bastos participaram de uma reunião na Câmara Municipal de Vereadores para discutir a viabilidade dos terrenos indicados pela Prefeitura Municipal para a construção de um presídio com capacidade para 576 vagas. Participaram da reunião do Cisp os promotores de Justiça Aline Curvêlo e Rui Gomes Sanches Júnior; o delegado de Polícia Leonardo Virgílio Oliveira Monteiro; o secretário Municipal de Administração, Claudemiro Nunes; além de representantes da Polícia Militar e da Câmara Municipal de Vereadores. A próxima reunião do Cisp Senhor do Bonfim acontecerá em abril.



MP BAIANO PARTICIPA DE OPERAÇÃO QUE COMBATE SONEGAÇÃO FISCAL EM OITO ESTADOS E NO DISTRITO FEDERAL



Uma operação que visa combater um esquema de sonegação de tributos no setor de grãos e recuperar aos cofres públicos milhões de reais sonegados foi deflagrada dia 10 de março nos estados de Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Goiás, Paraná, Tocantins, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal. No município baiano de Guanambi, que fica a 676km de Salvador, o Ministério Público estadual e as Polícias Civil e Militar estão dando cumprimento a mandados de busca e apreensão em uma empresa do tipo 'noteira', aquela que só existe no papel para emitir notas fiscais. Segundo as investigações, essa empresa atuava como emissora de notas fiscais falsas com o intuito de fraudar o fisco de Minas Gerais. De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), os materiais apreendidos indicam também a existência de sonegação fiscal no Estado da Bahia.

Denominada 'Quem viver verá', a operação conjunta realizada entre o Ministério Público, Polícia Civil, Receita Estadual de Minas Gerais e Receita Federal do Brasil (RFB), com a participação de fiscos e polícias em outras unidades da federação, combate um esquema de sonegação de tributos que envolve a participação de profissionais que atuam como corretores de milho, soja e feijão, envolvendo dezenas de empresas 'noteiras'. Na Bahia, integram a ação os promotores de Justiça Hugo Casciano de Sant'Anna, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e Crimes Contra a Ordem Tributária (Gaesf), Francisco de Freitas Júnior, que atua em Guanambi, e Anderson Freitas, que atua na Promotoria de Justiça de Sonegação Fiscal de Vitória da Conquista; além de três auditores fiscais, oito policiais civis e 12 policiais militares.

O esquema

As investigações apontam que, em parceria com produtores, os corretores fomentavam a criação de empresas 'noteiras' nos oito estados citados e Distrito Federal. Eles constituíam o elo central do esquema fraudulento, sendo os responsáveis pelas negociações com os produtores rurais e com as indústrias adquirentes dos grãos, bem como por solicitar às empresas 'noteiras' a emissão de notas fiscais, remunerando-as por esse serviço. Os corretores 'vendiam' facilidades aos produtores rurais, que podiam comercializar seus grãos sem a emissão de notas fiscais, e assim sonegar seus rendimentos; e blindavam as indústrias adquirentes beneficiárias finais do esquema, que alegam 'boa-fé', para que não sejam penalizadas nos autos de infração, argumentando que as negociações foram feitas por intermédio de corretores. No total, a operação mira 109 alvos, entre pessoas físicas e jurídicas, com mandados de busca e apreensão e quebra de sigilo bancário e telemático.

Disponível em:

<https://www.mpba.mp.br/noticia/50199>.
Adaptado

MP REATIVA CISP EM SIMÕES FILHO

O Ministério Público estadual reimplantou esta semana o Comitê Interinstitucional de Segurança Pública (CISP) de Simões Filho. O objetivo é fomentar a manutenção de uma rede articulada e integrada para ampliar e multiplicar ações e iniciativas em segurança pública e defesa social no Município. Na ocasião, o promotor de Justiça Gilber Santos de Oliveira falou sobre o projeto do Cisp. “É imprescindível a participação dos diversos atores públicos e da sociedade civil nas atividades do Comitê, inclusive das entidades que promovem os direitos sociais básicos”, destacou. Ele complementou que o Cisp visa a articulação das instituições, a prevenção da violência, a repressão qualificada e a promoção do direito difuso à segurança pública. “Em Serrinha, após a implantação do Cisp houve a redução de 54% dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)”.

Para o promotor de Justiça Jader Santos Alves, o “Cisp atua na articulação das instituições com vistas ao enfrentamento da criminalidade”. O evento de reativação do comitê, que aconteceu na segunda-feira, dia 9 de março, na sede do MP, em Simões Filho, contou com a presença dos promotores de Justiça Gilber Oliveira (coordenador do projeto Cisp); Simone Ferreira Lins Rocha e Jader Santos Alves; além do prefeito Diógenes Tolentino de Oliveira; o procurador do Município Jarbas Magalhães; o presidente da Câmara Municipal, Orlando Carvalho de Souza; o delegado de Polícia, Leandro Acácio da Cruz de Jesus; e representantes da Polícia Rodoviária Estadual, da Guarda Municipal e da Câmara de Vereadores.

Atualmente há 33 comitês instalados no estado da Bahia. Dentre as ações realizadas pelos Cisps constam programas de enfrentamento à violência doméstica, implantação de alternativas penais, criação de Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs), videomonitoramento de vias públicas, realização de reuniões nas comunidades e projetos inovadores como a ‘Patrulha Maria da Penha’ desenvolvido pela Guarda Municipal. Na composição do comitê deverá ser assegurada a participação de representantes do MP; das Prefeituras Municipais de Simões Filho, Candeias, Santo Amaro, São Sebastião do Passé, São Francisco do Conde, Terra Nova e Teodoro Sampaio; das Câmaras Municipais de Vereadores de Teodoro Sampaio e Simões Filho; das 10^a, 20^a e 22^a Companhias Independentes da Polícia Militar (CIPM); dos Departamentos da Polícia Metropolitana e da Polícia Rodoviária Federal; dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública de Candeias e Santo Amaro; 3^a Companhia de Policiamento Rodoviário Estadual; Associação dos Guardas Municipais de Santo Amaro (Agmusa); do Departamento de Política Técnica de Santo Amaro e da Defensoria Pública Regional de Simões Filho.

REUNIÃO DELIBERA SOBRE MUDANÇAS NO DIREITO DE VISITA DE PRESOS DO CONJUNTO PENAL DE FEIRA DE SANTANA

Mudanças no direito de visita dos presos do Conjunto Penal de Feira de Santana, que restringem a visita para uma vez por semana limitada a dois visitantes por detento, foram prorrogadas em até 60 dias, quando será avaliada a melhor forma de concretizar sua implementação. A definição foi deliberada conjuntamente na quarta-feira, dia 11/03, em reunião realizada na sede do Ministério Público estadual em Feira de Santana. Ficou definido também que a efetiva mudança do direito de visitas e a forma como ela será realizada deverão ser previamente comunicadas às Polícias Militar e Civil, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário. A reunião foi convocada pela promotora de Justiça de Execução Penal Lívia Sampaio Pereira.

A promotora explicou que o MP tem adotado providências para regularizar o direito de visitas dos presos da unidade prisional. “A estrutura física e a quantidade reduzida de policiais penais da unidade não comportam o elevado número de visitantes por dia de visita (cerca de 600 pessoas). Há a necessidade de se realizar um melhor controle da entrada de pessoas e de material no Conjunto Penal para reduzir o acesso pelos presos a drogas e aparelhos celulares”, afirmou. Lívia Sampaio esclareceu que o MP não recomendou a mudança do direito de visitas por pavilhão. “Não cabe ao MP adentrar na discricionariedade do administrador, ou seja, no modo como será implementada a restrição do direito de visitas a uma vez por semana, cabendo ao diretor da unidade prisional decidir a melhor forma para que essa deliberação seja efetivada, com o menor impacto negativo possível”, afirmou.



Segundo a promotora, na primeira reunião sobre o direito de visitas no Conjunto Penal de Feira, ocorrida no último dia 4 de dezembro, foi deliberado que, no prazo de 45 dias, seria restringido a todos os detentos o direito de visitas para uma vez na semana, limitado a dois visitantes e uma criança por preso. “Nesta semana, o diretor do Conjunto Penal divulgou que a mudança do direito de visitas se daria por pavilhão, alternando quintas e domingos, sem que houvesse sido comunicado previamente aos demais órgãos, como Polícia Militar, Ministério Público e Poder Judiciário”, disse.

A reunião foi realizada com a presença do coordenador da Unidade de Monitoramento da Execução da Pena e Medidas de Segurança do MP (Umep), promotor de Justiça Edmundo Reis; do assessor da Superintendência de Gestão Prisional da Secretaria Estadual de Administração Penal (SGP/Seap), coronel Paulo César Oliveira Reis; do coordenador de Inteligência Prisional da Seap, Marcelo Barreto; do superintendente de Ressocialização Sustentável da Seap, Luiz Antônio Fonseca; do diretor do Conjunto Penal de Feira de Santana, capitão Allan Araújo; do comandante da Companhia de Guardas da Polícia Militar, coronel Leonir Moraes; do comandante de Planejamento da PM, major Lúcio José Fonseca da Silva; do comandante de Policiamento da Região Leste, coronel Luziel Andrade de Oliveira e do delegado da 1ª Coordenadoria Regional do Interior da Polícia Civil, o delegado Roberto da Silva Leal.

MP INSTITUI CISP DE SANTO AMARO E SAUBARA



O Ministério Público do Estado da Bahia instituiu o Comitê Institucional em Segurança Pública Regional (Cisp) dos municípios de Santo Amaro e Saubara. O ato de instituição foi publicado pela procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti no Diário de Justiça Eletrônico, do dia 16 de março. O comitê visa fomentar o debate e a implantação de medidas interinstitucionais em segurança pública e defesa social nos municípios.

Dentre as atribuições do Cisp estão a sistematização e armazenamento de informações no âmbito regional, especialmente no que se refere ao controle externo da atividade policial e às estatísticas criminais. Também deverão ser firmadas parcerias com instituições públicas, privadas e da sociedade civil para estimular e participar do intercâmbio de ideias, a troca de experiências e informações por meio de campanhas educativas, realização e participação em seminários, encontros, audiências públicas e debates sobre violência. Além do MP, compõem o Cisp a Defensoria Pública do Estado da Bahia, o Conselho Comunitário de Segurança (Conseg) Poder Legislativo de Santo Amaro, Prefeitura Municipal de Saubara, Secretaria de Ordem Pública de Santo Amaro, Guarda Patrimonial, OAB/BA Seccional de Simões Filho, Polícias Civil e Militar de Santo Amaro e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (Ifba).

No dia 13 de fevereiro, os promotores de Justiça Aroldo Pereira e Gilber de Oliveira realizaram a primeira reunião para a implementação do Cisp em Santo Amaro e Saubara. Na reunião, o promotor Aroldo Pereira falou sobre a importância do trabalho em grupo e da necessidade de aproximação da sociedade civil e as forças de segurança, visando elaborar diagnóstico com base na necessidade local para que haja diminuição da violência. O promotor de Justiça Gilber de Oliveira falou sobre a dinâmica de atuação do Cisp: “O Comitê de Segurança Pública tem como principal objetivo discutir assuntos voltados à violência e cada órgão, dentro de sua atribuição realizar atividades que combatam a violência, buscando o bem comum, fazendo escolhas através de votação e pensando no bem-estar conjunto”. Ele também exemplificou ações específicas desenvolvidas nos municípios de Serrinha e Senhor do Bonfim, logo após a adesão e implementação do Cisp, o que gerou diminuição dos crimes violentos. Destacou ainda que o Cisp pode contribuir para articulação de ações no sentido de promover o direito difuso à segurança pública, permitindo a prevenção qualificada, aliada à repressão que seja equivalente à melhoria na segurança pública. [...]

CORONAVÍRUS: GOVERNO DO ESTADO SUSPENDE VISITAS NOS PRESÍDIOS BAIANOS

O governador da Bahia, Rui Costa, determinou a suspensão das visitas em todas as unidades prisionais do estado por 15 dias. A medida, que mira a prevenção contra o novo coronavírus (Covid-19), começa a valer a partir de quinta-feira, 19/03, e pode ser prorrogada de acordo com os novos boletins da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab).

A medida atende a um apelo do Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado da Bahia (Sinspeb). Em reunião ocorrida na terça, 17/03, junto com a Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização da Bahia (Seap), também ficou definido que todos os servidores e trabalhadores sejam testados diariamente nas unidades prisionais para evitar o contágio.

Segundo portaria da pasta publicada no Diário Oficial do Estado da quarta, 18/03, também estão suspensas as visitas de organizações da sociedade civil, exceto aquelas autorizadas pelo Núcleo de Coordenação e Controle Operacional. A determinação proíbe também a entrada, nas unidades prisionais, de pessoas com sintomas de problemas respiratórios. A Seap ainda terá que preparar uma unidade específica para receber todos os presos contaminados, conforme a portaria.

De acordo com o secretário da pasta, Nestor Duarte, foram adquiridos materiais de prevenção da Covid-19, como máscaras, luvas, álcool em gel e sabonete líquido para proteção dos servidores, que estarão disponíveis em breve.

Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/2123334-governo-do-estado-suspende-visitas-nos-presidios-baianos..> Adaptado



PGJ E SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DEBATEM AÇÕES PARA A ÁREA



Assuntos relativos à área de segurança pública foram debatidos na tarde desta quarta-feira, dia 18/03, pela procuradora-geral de Justiça Norma Angélica Cavalcanti e o secretário de Segurança Pública Maurício Barbosa. Ele esteve na sede do Ministério Público estadual para uma visita institucional à PGJ. Também participaram da reunião o chefe de Gabinete, promotor de Justiça Pedro Maia, o secretário-geral, promotor de Justiça Alexandre Cruz, e o coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), promotor de Justiça Luís Alberto Vasconcelos

Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/noticia/50437>

CORONAVÍRUS: GRUPO DE FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO DEBATE SITUAÇÃO DE PRESOS

A situação emergencial dos presos por conta da pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2) foi debatida em reunião extraordinária do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), que aconteceu na manhã da quinta-feira, dia 19 de março. Os coordenadores do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp) e da Unidade de Monitoramento da Execução da Pena e Medidas de Segurança do MP (Umep), promotores de Justiça Luís Alberto Vasconcelos e Edmundo Reis, participaram do encontro, que atende a Resolução nº 62 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Foi deliberado que o grupo encaminhará, à Mesa Diretora da Corte baiana, sugestão para que seja avaliada a possibilidade de edição de ato normativo conjunto regulamentando as situações elencadas durante a discussão da manhã. A reunião foi presidida pelo desembargador Pedro Augusto Costa Guerra e contou ainda com a presença de juízes integrantes do Grupo, além de magistrados representantes da Corregedoria-Geral de Justiça e da Corregedoria das Comarcas do Interior, representantes da Defensoria Pública e da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap).

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) foi instalado no âmbito do TJ/BA, após determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contida na Resolução nº 96/2009.

*com informações da Ascom/TJBA

Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/noticia/50464>. Adaptado



CORONAVÍRUS: MP RECOMENDA À SSP MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTENÇÃO EM CARCERAGENS DA BAHIA

O Ministério Público estadual recomendou à Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP-BA) uma série de medidas de prevenção e contenção do coronavírus entre os presos custodiados no estado. A recomendação foi expedida dia 26/03, pelos promotores de Justiça Luís Alberto Vasconcelos, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp); Roberto Gomes, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial (Gacep); e a promotora de Justiça Anna Kristina Prates, do Gacep.

Eles recomendaram à Secretaria que, na ocorrência de novas prisões, as pessoas detidas não permaneçam custodiadas nas delegacias de polícias, devendo ser conduzidas a uma das unidades do sistema prisional baiano. Foi recomendada também a separação de idosos e detentos vulneráveis à Covid-19, em razão de comorbidades (doenças crônicas pré-existent) e o envio imediato para isolamento, testagem e notificação de presos que apresentarem os sintomas da doença. Em caso de quadros de sintomas agudos, os detentos devem ser encaminhados imediatamente para a rede pública de saúde.

Segundo a recomendação, existem mais de 1,3 mil presos custodiados atualmente em repartições policiais, civis e militares, na Bahia. Os promotores recomendaram ainda que a SSP-BA estabeleça parceria, com as Secretarias Estadual (Sesab) e municipais de Saúde das localidades onde ainda exista custódia em delegacia, para disponibilização de profissionais de saúde que possam monitorar a população carcerária.

Foram recomendadas também medidas de proteção e higienização pessoal e ambiental, como distribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e instalação de dispensadores de álcool em gel 70% nas áreas comuns de circulação.

MP RECOMENDA QUE SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA ACOMPANHE “CARREATA NÃO PARA SALVADOR!”

O Ministério Público do Estado da Bahia acaba de recomendar ao secretário estadual de Segurança Pública, ao comandante-geral da Polícia Militar e ao delegado-geral da Polícia Civil que fiscalizem a “Carreata Não Para Salvador!”, prevista para acontecer dia 29/03. No documento, o MPBA solicita às autoridades públicas que adotem todas as providências necessárias para que a Polícia Militar acompanhe quaisquer manifestações e evite que os condutores e/ou passageiros saiam dos veículos e se concentrem em determinado local com quantidade superior a 50 pessoas.

No documento o MPBA também recomenda que a PM evite a realização de reuniões, passeatas, ou qualquer ato que gere aglomeração proibida pelos decretos Estadual 19.529/20 e Municipal 32.280/20. Além disso, que identifique os eventuais infratores, encaminhando-os às Delegacias de Polícia pertinentes, para que a Polícia possa instaurar os procedimentos investigatórios cabíveis. A recomendação foi elaborada pelos promotores de Justiça Patrícia Medrado, coordenadora do Centro de Defesa da Saúde (Cesau); Frank Ferrari, do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Proteção à Moralidade Administrativa (Caopam); Luís Alberto Vasconcelos, do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp); André Lavigne, Centro de Apoio Operacional Criminal (Caocrim); Roberto Gomes, Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial (Gacep); Rita Tourinho, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa (Gepam); Rogério Gomes, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde Pública (Gesau); e Marcelo Miranda.

A recomendação levou em consideração a pandemia do coronavírus e a necessidade de implementação de medidas que inibam a propagação da doença provocada pelo vírus, a Covid-19. Além disso, considerou a situação de Emergência de Saúde Pública Internacional, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), dentre outros fatores. Os membros do MP destacam na recomendação que a Constituição Federal autoriza a livre manifestação de pensamento e que não há razão para a proibição do evento desde que sejam obedecidas as regras de distanciamento social exigidas nos decretos, por conta do enfrentamento da doença. [...]

Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/noticia/50625>. Adaptado



O JUDICIÁRIO NÃO SERÁ O MESMO DEPOIS DO CORONAVÍRUS



O surto da Covid-19 colheu de surpresa nada menos do que 102 países, segundo dados da Organização Mundial da Saúde. No Brasil, recolhidos em casa ou, audaciosamente, descumprindo as orientações dos profissionais da saúde, vai a população aprendendo a conviver de uma forma diferente. Sem afagos e beijinhos, habituando-se ao mundo virtual para as reuniões profissionais e, também, nas relações de amizade ou família. [...]

Em meio a esta nova realidade, para não permitir que a vida das pessoas e a economia parem, o Poder Judiciário vem trabalhando de forma virtual, com dedicação e bons resultados. Por exemplo, no Estado de Mato Grosso, segundo dados da Associação Matogrossense de Magistrados, em apenas seis dias de home office, foram praticados mais de 22 mil atos judiciais, sendo 5.651 sentenças, 5.063 casos novos e 5.586 processos baixados.

É certo que os tribunais que se adiantaram no tempo levam vantagem na crise. O Tribunal de Justiça de São Paulo permitiu, em 2012, com base na Resolução 511/2011, que a 5ª e a 28ª câmaras cíveis realizassem julgamentos virtuais

Os prazos processuais suscitaram dúvidas. Começaram a ser expedidos atos administrativos ora suspendendo, ora os mantendo. Por vezes, dentro de uma única unidade da federação, o TJ fixava uma regra, o TRF outra e o TRT uma terceira.

Tal situação não podia perdurar e por isso o Conselho Nacional de Justiça, em boa hora, uniformizou o assunto através da Resolução 313, de 19 de março passado, suspendendo os prazos processuais até 30 de abril próximo.

Tudo isto já está alterando a rotina dos órgãos do Poder Judiciário. O exemplo mais forte é o dos pedidos de Habeas Corpus coletivos, sob a alegação de receio de contrair o novo coronavírus e muitas vezes se invocando a idade do preso. Curiosamente, supondo que pessoas que infringiram a lei de forma grave, já que crimes punidos até oito anos de reclusão (CP, art. 33, § 2º, b) permitem prisão em regime aberto, uma vez soltos, obedecerão regras das autoridades da saúde, mantendo-se obedientemente, em casa.

Outro fato de interesse neste difícil momento é a permissão, no artigo 9º da Resolução, de que os tribunais possam disciplinar a destinação dos recursos provenientes de ações criminais ao combate da pandemia Covid-19, a serem utilizados pelos profissionais da saúde.[...]

Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-mar-29/segunda-leitura-judiciario-nao-mesmo-depois-coronavirus>

As audiências criminais, inclusive de custódia, serão, regra geral, virtuais. O sistema, com facilidade, permitirá que sejam gravadas, possibilitando que a prova seja reexaminada quantas vezes se julgar necessário. Os profissionais do amanhã rirão dos profissionais da atualidade pelas discussões travadas sobre a possibilidade destes atos serem virtuais. Da mesma forma como nos divertem as velhas discussões do início do século passado sobre as sentenças poderem ser datilografadas. [...]

CISP PROMOVE REUNIÃO VIRTUAL PARA DISCUTIR IMPORTÂNCIA DA ELABORAÇÃO DE PLANOS MUNICIPAIS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

O Comitê Interinstitucional de Segurança Pública (Cisp) promoveu na sexta-feira, dia 27 de março, uma reunião virtual por meio do Microsoft Teams, ferramenta que possibilita um espaço de trabalho baseado em um chat que integra todos os participantes. Durante o encontro, que foi aberto pelo promotor de Justiça Luis Alberto Vasconcelos, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social do Ministério Público estadual (Ceosp), os promotores de Justiça discutiram a necessidade de se fomentar a elaboração dos planos municipais de prevenção à violência. O gerente do projeto do Cisp, promotor de Justiça Gilber Oliveira, apresentou um roteiro básico que auxiliará os membros a fomentarem junto às administrações municipais a criação do referido plano.

“Devemos primeiramente convidar o prefeito para uma reunião preliminar para discutirmos a importância do plano. Também precisamos sensibilizar os gestores sobre a necessidade de contratação de uma consultoria ou assessoria especializada, a fim de realizar treinamento do Comitê Gestor”, destacou. Ele ainda compartilhou sua experiência exitosa com a criação do Plano Municipal de Prevenção à Violência no Município de Alagoinhas. Também participaram da reunião os promotores de Justiça Aroldo Almeida Pereira, Anna Karinna Senna, Maurício Gondim de Matos, Tarsila Honorata Silva, Núbia Rolim dos Santos, Ana Carolina Freitas e Sávio Henrique Moreira, além dos servidores Roberto Ferreira Júnior, Carollina Ferreira Binda, Adoniza Dias Gomes, Sandra Brito e Henilda Amaral. Na ocasião, o promotor de Justiça Sávio Henrique Moreira explicou aos presentes sobre as diversas funcionalidades da ferramenta Teams, que possibilitou a realização da reunião com os diversos promotores de Justiça, apesar de estarem situados em cidades diferentes no interior do Estado



CORONAVÍRUS: MP, TJ, PGE, SSP E SEAP DEBATEM DEMANDAS DO SISTEMA PRISIONAL



Demandas relacionadas ao Sistema Prisional da Bahia foram discutidas na tarde do dia 30/03, em reunião interinstitucional realizada pela procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti com os secretários estaduais de Segurança Pública e Administração Penitenciária, respectivamente, Maurício Barbosa e Nestor Duarte, com o procurador-geral do Estado, Paulo Moreno, e o desembargador Pedro Guerra. Eles debateram, com destacada atenção, medidas de prevenção à entrada do coronavírus nas unidades prisionais do estado. Além disso, discutiram sobre a possibilidade de criação de um comitê interinstitucional para encontrar soluções rápidas aos problemas mais urgentes envolvendo o sistema e sobre a viabilidade de instalação emergencial das unidades prisionais de Irecê e Brumado, além da reinstalação da unidade de Esplanada.

O encontro ocorreu por meio de videoconferência, com utilização da ferramenta teams, e reuniu fisicamente na sede do MP a PGJ e os promotores de Justiça Pedro Maia, chefe de Gabinete, Luís Alberto Vasconcelos, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp); André Lavigne, Centro de Apoio Operacional Criminal (Caocrim); Roberto Gomes, Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial (Gacep); Edmundo Reis, Unidade de Monitoramento da Execução da Pena e Medidas de Segurança do MP (Umep), Gilberto Amorim, Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência (CSI), além do superintendente de Gestão Administrativa Frederico Soares. Participaram das discussões por meio virtual os secretários de Estado, o PGE, o desembargador, o subsecretário de Segurança Pública, Ari Oliveira; delegado-geral Bernardino Brito; superintendente de Inteligência, Rogério Magno; os juízes Ícaro Matos, Antônio Faiçal e José Reginaldo Nogueira; a representante do Conselho Nacional de Justiça à disposição do Tribunal de Justiça da Bahia, Mayesse Parizi; e o defensor público Maurício Saporito.



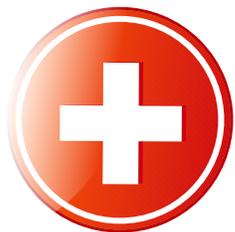
MP RECOMENDA À SEAP QUE ADOTE MEDIDAS DE PREVENÇÃO À DISSEMINAÇÃO DO CORONAVÍRUS NO SISTEMA PRISIONAL

O Ministério Público estadual recomendou à Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado da Bahia (Seap) que adote uma série de medidas emergenciais e provisórias para prevenir a disseminação do coronavírus no sistema prisional do Estado. A recomendação foi feita pelos promotores de Justiça Luís Alberto Vasconcelos, coordenador do centro de Apoio Operacional da Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp); Antônio Ferreira Villas Boas Neto, da comarca de Salvador; Luciano Valadares Garcia, de Lauro de Freitas; Jader Santos Alves, de Simões Filho; e Lívia Sampaio Ferreira, de Feira de Santana.

O MP recomendou que em todas as unidades prisionais seja feita uma busca ativa para localizar internos com sintomas de coronavírus, separando, isolando e testando esses detentos, notificando o MP, o Judiciário e as autoridades de saúde. Também que sejam suspensas as transferências estaduais e interestaduais de presos sem autorização prévia da Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça e da Seap. Recomendou ainda que seja assegurado o fornecimento ininterrupto de água e sabonete líquido para todos os internos, de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os servidores penitenciários, e de álcool em gel na concentração de 70% para todos os que adentrarem as unidades, bem como a instalação de dispensários do produto nas áreas comuns. A recomendação orienta a Seap a garantir que todos os detentos sejam vacinados contra a gripe H1N1.

Os promotores recomendaram também que os internos idosos e aqueles com comorbidades sejam separados dos demais presos e recebam máscaras e lenços de papel. Todos os presos que ingressarem no sistema nesse período deverão passar por uma quarentena, preferencialmente em celas isoladas, por 14 dias, antes de conviverem com os demais internos. Os promotores recomendaram também a destinação de espaços específicos nas unidades para detentos com mais de 60 anos ou que tenham comorbidades – uma lista atualizada dos presos nessas condições deverá ser encaminhada em até 15 dias para o Judiciário e para o MP. Caberá à Seap ainda apresentar informações ao Ceosp com a relação dos presos liberados e daqueles que ingressem no sistema.

O MP recomendou o aumento do tempo de circulação de água nas celas para higiene e limpeza pessoal e do tempo de banho de sol para um mínimo de duas horas, bem como a ampliação ao acesso a aparelhos de televisão, livros e atividades culturais em geral. Atividades escolares e de trabalho deverão ser suspensas, salvo se guardarem relação com a prevenção ao coronavírus. [...]



CORONAVÍRUS: JUSTIÇA ACATA PEDIDO DO MP E DESTINA R\$ 488 MIL ORIUNDOS DA OPERAÇÃO ADSUMUS PARA AÇÕES DE SAÚDE

A Justiça acatou pedido realizado pelo Ministério Público estadual e determinou, no dia 31/03, destinação imediata de R\$ 488,39 mil para a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab), por meio de transferência ao Fundo Estadual de Saúde, para o custo exclusivo de medidas de prevenção, contenção e combate à pandemia do coronavírus no estado. Os recursos resultam de depósitos realizados a partir de acordo de colaboração premiada celebrado com o MP estadual e homologado pela Justiça em 2016 dentro da Operação Adsumus. Na ocasião, o acordo estabeleceu multa no valor de R\$ 2 milhões, para ressarcimento dos danos causados pelos crimes cometidos, cujo pagamento foi parcelado em 50 vezes de R\$ 40 mil. O montante alvo de destinação à Sesab é o total depositado até o momento.

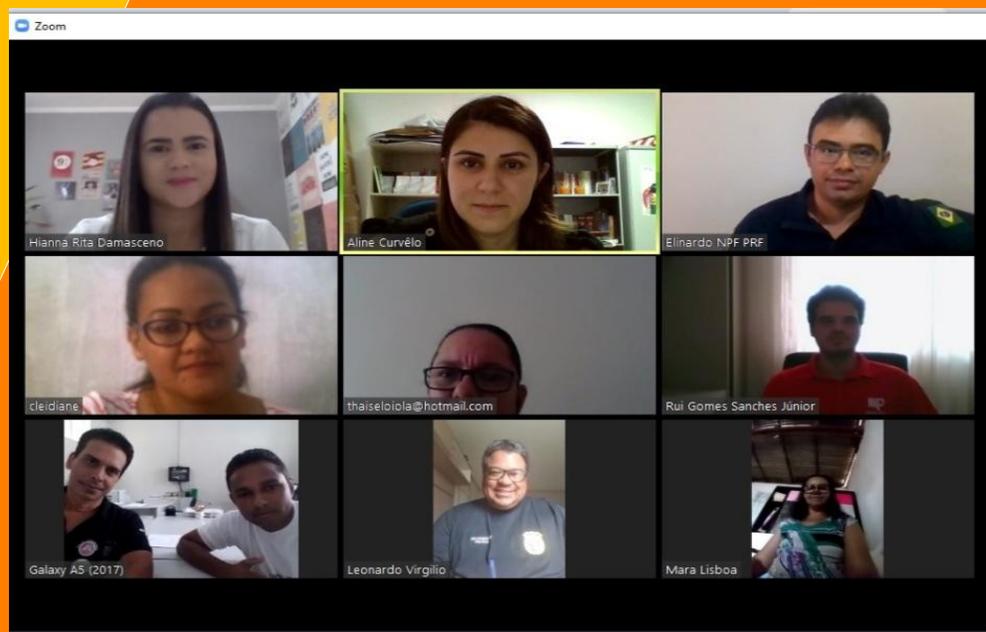
A petição foi realizada dia 30/03, pelo promotor de Justiça de Santo Amaro, Aroldo Almeida, e pelos promotores de Justiça do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais (Gaeco) Adalto Júnior, coordenador do Grupo, Clarissa Sena e Luiz Ferreira Neto. Na decisão, o juiz Gustavo Teles Nunes afirmou que “os recursos deverão ser utilizados para a aquisição de insumos médico-hospitalares de necessidade emergencial, prioritariamente aparelhos respiratórios e equipamentos relativos a eles, máscaras de proteção, escudos faciais e materiais de proteção dos profissionais de saúde”.

Os promotores se basearam em recomendação da procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti, expedida no dia 27/03, para que promotores de Justiça revertam os recursos provenientes da atuação judicial e extrajudicial para ações de enfrentamento da Covid-19, em especial para aquelas relacionadas aos serviços de saúde. Na petição, eles destacaram também que a Corregedoria do Tribunal de Justiça da Bahia orientou neste mês os magistrados a destinar, para aquisição de materiais e equipamentos médicos necessários ao combate da pandemia, os recursos vindos do cumprimento de pena de prestação pecuniária, transação penal e suspensão condicional do processo nas ações criminais.



CISP DE SENHOR DO BONFIM APROVA PROJETO DE SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO NA CIDADE

O Comitê Interinstitucional de Segurança Pública (Cisp) de Senhor do Bonfim, coordenado pelo Ministério Público estadual, discutiu, em reunião realizada dia 01/04, via videoconferência, o andamento das providências que foram encaminhadas pelo órgão para o aperfeiçoamento da segurança pública no município em diversas frentes. Na ocasião, o Comitê aprovou o projeto de instalação do sistema de videomonitoramento no município.

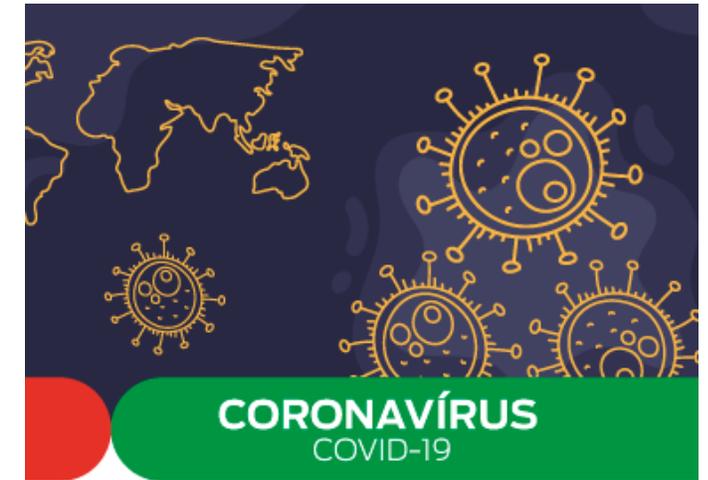


Foram discutidas questões como presença e quantidade de vigilantes nas escolas, principalmente naquelas com maiores índices de violência, o terreno para construção do presídio, instalação de sede da Polícia Rodoviária Estadual (PRE), custódia de presos e as medidas para monitoramento e diminuição da locomoção das pessoas, além de outras ações de prevenção e contenção do coronavírus na cidade.

Participaram da reunião os promotores de Justiça Aline Curvêlo Tavares de Sá e Rui Gomes Sanches Júnior; o delegado Leonardo Virgílio Monteiro; o coordenador do Centro Integrado de Comunicações da Polícia Militar em Senhor do Bonfim, capitão Wallace; o representante do 6º Batalhão da PM, capitão Lizandro; e os representantes do Conselho de Segurança (Conseg), da Câmara de Vereadores e das Polícias Rodoviária Estadual (PRE) e Federal (PRF).

CORONAVÍRUS: PROTOCOLO DE CONDUTA DE MÉDICOS-LEGISTAS COM CUSTODIADOS É EXPEDIDO APÓS PEDIDO DO MP

Após intermediação do Ministério Público estadual, o Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues e a Diretoria do Interior do Departamento de Polícia Técnica da Bahia (DPT) expediram no dia 7, de abril a ordem de serviço conjunta com o protocolo de conduta dos médicos-legistas em relação aos custodiados durante o período de enfrentamento da pandemia do coronavírus. A divulgação do protocolo atendeu pedido do promotor de Justiça Beneval Santos Mutim, encaminhado à Coordenadoria Regional do DPT de Vitória da Conquista, que repercutiu para todo o estado, por meio da interlocução do Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial (Gacep), coordenado pelo promotor de Justiça Roberto Gomes, com a diretoria-geral do DPT.



Segundo o protocolo, os peritos médicos-legistas responsáveis pelo atendimento a casos de lesões corporais devem questionar aos custodiados, após a realização do corpo-delito, se existem sintomas gripais, em especial tosse improdutiva persistente, rinorreia (nariz escorrendo), dispneia (dificuldade de respirar), febre e episódios esternutatórios (espirros). Os casos positivos para sintomas gripais devem ser informados aos responsáveis pela condução do custodiado, recomendando seu transporte à unidade de saúde mais próxima, antes do retorno à carceragem. Conforme o protocolo, o encaminhamento deve ser feito com o preenchimento da Guia de Encaminhamento por Suspeita de Covid-19.

EXPEDIENTE

CEOSP

Coordenador

Luis Alberto Vasconcelos Pereira

Equipe

Adoniza do Nascimento Dias Gomes – Analista Técnico – Assistente Social

Carollina Aragão Ferreira Binda – Analista Jurídico

Daniele Viana Silva Santos – Estagiária de Serviço Social

Henilda Amaral de Melo – Oficial Administrativo

Juliane Lisboa Bispo – Estagiária de Serviço Social

Kadija Teles Borges – Estagiária de Administração

Pablo Victor Araujo Costa – Estagiário de Direito

Roberto Catai Ferreira Junior – Assistente Técnico-Administrativo

Sandra Maria Brito Silva – Analista Técnico – Assistente Social

 ceosp@mpba.mp.br
 71 3103-0381
 71 3103-0382
 71 3103-0383



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA
SOCIAL - CEOSP

5ª Avenida, nº 750, sala 129, CAB – Salvador, BA – Brasil – CEP 41.745-004



Edições Anteriores
Clique aqui